

Teoria e Prática de Projecto em Arquitectura Paisagista. **Ensaio conclusivo**

ENSAIO CONCLUSIVO

A arquitectura paisagista é uma disciplina de carácter integrador e de síntese de saberes, e há que reconhecer a necessidade de quem a pratica possuir uma sólida formação científica, técnica e artística para o exercício da profissão como, aliás, já salientava Caldeira Cabral. Da formação científica destaca-se o conhecimento das ciências da terra, da vida e das humanidades, da técnica o conhecimento dos materiais e dos sistemas e processos construtivos e, finalmente, das artes as regras básicas de composição, de proporção, de escala e de harmonia, cujo conhecimento e aplicação não substitui o génio criativo, individual e intransmissível.

A sólida formação e a sedimentação de saberes permite transcender o conhecimento genérico e abstracto possibilitando, por um lado, a comunicação com os outros saberes sem discursos redondos ou vazios e, por outro, construir bases sólidas para a formulação de ideias e da sua materialização no projecto. Porém, é necessário reconhecer que nunca se sabe tudo e ter a modéstia e a curiosidade de o admitir e de procurar a consolidação do conhecimento. Este evolui e adequa-se aos projectos em que se trabalha. Não se pode dominar todos os campos disciplinares, nem é esse o objectivo, mas é fundamental que se conheçam e se saibam interpretar os vocabulários e a sintaxe de cada disciplina e que se fale a *mesma língua* das outras disciplinas de projecto.

Essa constatação não exclui a evidência que a arquitectura paisagista possui um corpo teórico próprio, ainda que possa ser mais investigado e reclamado nalgumas áreas como a do projecto, como fundamentação do seu exercício profissional. Consideramos que esse corpo teórico é informado continuamente pela prática profissional e, em grande medida, depende dela. No caso do projecto - à semelhança, aliás, das outras disciplinas de projecto - a prática profissional representa a experimentação e compreensão real das ideias e dos conceitos, dos métodos e processos, das matérias e sistemas e da sua evolução e transformação.

A maioria dos processos de criação e transformação de paisagens é resultante da acção empírica do Homem sobre o território, como processo de satisfação das suas necessidades físicas e espirituais (de protecção, de produção e de recreação). No entanto, a actividade projectual - que visa a criação e transformação da paisagem - distingue-se dessa acção pela intencionalidade científica e criativa e que é colocada no processo e pela antecipação no tempo e no espaço da sua evolução e transformação, representados através da imagem (desenho ou outras).

A arquitectura paisagista intervém nos processos e ciclos ecológicos e ambientais, compreende a dinâmica de mudança e evolução da natureza, cria e transforma a paisagem e representa-a através do desenho. São esses aspectos, reveladores do conhecimento dos sistemas em que intervém - da sua complexidade e funcionamento, e da sua representação -

que conferem autonomia disciplinar à arquitectura paisagista, face a outros campos disciplinares que se debruçam sobre a temática associada à paisagem e que, por vezes, também a projectam.

Defendemos que é a teoria e a *praxis* da arquitectura paisagista que compreende a paisagem nas suas múltiplas dimensões e variáveis, a cria e transforma através do processo criativo. Esta afirmação é validada pelo facto de, no projecto de paisagem, não se definirem só objectos, espaços e formas mas, fundamentalmente, processos, estruturas e sistemas que estão subjacentes à formalização e à espacialização.

O projecto de paisagem cruza várias escalas. Da escala do ordenamento da paisagem, à do planeamento e à da intervenção localizada, numa sucessiva transversalidade entre abrangência e pormenor e vice-versa. O sucessivo cruzamento de escalas, a ampliação e aproximação do olhar sobre a paisagem, aliado à dimensão tempo, permite projectar em todas as escalas uma vez que existem inter-relações e continuidades entre o lugar em que se trabalha e o que lhe está a montante ou a jusante. O trabalho com sistemas abertos, complexos e em permanente mutação, facilmente alterados pelas dinâmicas naturais, económicas e sociais, faz com que os limites sejam difusos e se verifiquem permeabilidades entre os diferentes lugares (processos, estruturas e sistemas) e escalas em que se projecta.

Aspectos particularmente visíveis nos projectos apresentados no primeiro e segundo capítulos¹⁶⁷, onde o exercício de ampliação e aproximação de escala e a compreensão das continuidades, articulações e conectividades estabelecidas com o contexto, se revelaram fundamentais para o reconhecimento e interpretação da paisagem e subsequente concretização do projecto. Os projectos de requalificação das ribeiras e do parque urbano de Olhão são, particularmente, demonstrativos desses aspectos.

O projecto de paisagem desenvolve-se, portanto, a diferentes escalas a que correspondem diferentes contextualidades, programas e objectivos e, por conseguinte, diferentes formas de representação e de comunicação. Se ao planeamento e ordenamento correspondem modelos de representação e comunicação estratégicos e normativos, ao projecto correspondem modelos de pormenor com vista à sua materialização, execução e vivência. Ambas as escalas, do planeamento e do projecto, exigem representações eficazes e legíveis. Porém, à medida que a escala aumenta, o processo de representação solicita maior grau de detalhe e pormenor para que o projecto se materialize em obra, como podemos constatar no terceiro capítulo, onde se evidenciou a transposição da ideia para a sua representação, e desta, para a concretização da obra.

O trabalho de projecto, independentemente da escala, é um processo e não simplesmente um acto. É um *meio* e não um fim em si próprio e só se concretiza perante um

¹⁶⁷ Requalificação da Zona Ribeirinha e Ilha da Fuseta, Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar da Ria Formosa, Recuperação do moinho de maré do sapal do Francisco Taborda e dos três parques urbanos: de S. Sebastião na cidade de Santiago do Cacém, da Lagoa na cidade de Albufeira e de Olhão

suporte físico. O projecto é, assim, um meio para a transformação e criação. Na perspectiva do projectista, à ideia de projecto está sempre subjacente a ideia de transformação da matéria, do espaço e da criação da forma, no tempo.

O projecto exprime-se em várias dimensões: a objectiva (técnico-científica/racional) a subjectiva (perceptiva/sensorial), a artística, a ética e a política. Estas dimensões são, simultaneamente, as qualidades e as ferramentas do processo.

A reconhecida tradição humanista da profissão, que se manifesta entre os arquitectos paisagistas nacionais e internacionais, caracteriza a prática profissional, antes de mais, como uma prática social já que se desenvolve com e para o Homem. Esse aspecto, transversal ao exercício da profissão, é a parte comum de todas as dimensões do projecto. Em Portugal, as escolas de arquitectura paisagista, reivindicaram sempre essa visão humanista, o que nem sempre se verificou noutras escolas que, em determinados contextos, a secundarizaram.

Para a prática do projecto é necessário tempo. Tempo para o amadurecimento das ideias, tempo para a experimentação e tempo para a verificação dos resultados. A importância do tempo e da experiência é comum à prática de muitas profissões. Sem a *prática da prática*, a profissão no domínio do projecto não se exerce em pleno, já que o conhecimento aplicado – nessa circunstância – resulta da sedimentação da experimentação, da aprendizagem continuada e da actualização dos métodos e instrumentos.

A experimentação e a aplicação prática das teorias fazem parte do processo de projecto, como na ciência, sem elas o processo não evolui. As soluções projectuais são experimentadas pela obra e pela sua evolução no espaço e no tempo, pelo acompanhamento e compreensão da sua apropriação pelos diversos processos e actores sociais e pelos complexos processos naturais. A experiência nesse domínio, que advém da prática, resulta na capacidade de previsão das melhores soluções para os mais diversos problemas, tendo em conta o amadurecimento do conhecimento que permite antecipar a resposta (reacção) a cada acto identificado na proposta (acção). A postura do projectista é a de investigação permanente. Tal como o cirurgião¹⁶⁸ também o projectista necessita - para a concretização do projecto e, conseqüentemente, para a execução da obra - da experimentação permanente, do conhecimento actualizado dos diferentes materiais e ferramentas de trabalho e das técnicas e tecnologias a eles associados. Ou seja, a actividade projectual deve munir-se do conhecimento das materialidades e temporalidades que constituem o seu espaço de trabalho.

Por isso, na nossa opinião, o processo de projecto deverá incorporar sempre a investigação necessária à compreensão da realidade física, cultural, natural e sensorial do espaço - concreto - de projecto, nas suas múltiplas vertentes e escalas, possibilitando a

¹⁶⁸ Sem a prática não consegue o domínio da cirurgia: ter a *mão* que lhe é dada pela experiência da repetição, ter o conhecimento actualizado dos processos, métodos, técnicas, ferramentas e equipamentos que permitam a sua realização.

concretização fundamentada da obra. Se a teoria informa o processo de projecto, também este é responsável pelo desenvolvimento da teoria disciplinar. O projecto representa, assim, a experimentação da teoria. A investigação, a arte e a noção de transformação permanente no tempo e no espaço são os ingredientes necessários ao projecto de arquitectura paisagista. O génio criativo, por si só, não produz um projecto de paisagem. A resposta às exigências técnico-funcionais, por si só, também não o faz.

O exercício da prática profissional inclui, quase sempre, a experimentação por tentativa e erro, o objectivo final é tentar não errar, mas não ter medo de o fazer. Esse aspecto é visível na confrontação, no terceiro capítulo, de dois projectos semelhantes - no programa e no contexto - mas executados com um desfasamento temporal de uma década (projecto dos espaços exteriores do pavilhão municipal de S. Brás de Alportel e espaços exteriores das piscinas cobertas da mesma localidade). Se, por um lado, o tempo permitiu observar o desenvolvimento das plantas, o desgaste dos materiais e as formas de apropriação e utilização dos espaços, por outro, também permitiu observar as diferenças entre *modos de projectar* em diferentes tempos e perceber o seu desenvolvimento.

A prática profissional permite, ainda, acompanhar em permanência a evolução do enquadramento legislativo da profissão e constatar que, em muitos domínios, a terminologia e os conteúdos permanecem desfasados e redutores¹⁶⁹.

Os esquemas metodológicos de concepção do projecto não são universais, sendo que a forma como se aborda e executa o projecto responde sempre a um contexto e a uma determinada solicitação (programa), e perante eles desenvolve-se a resposta que se considera mais adequada. Apesar dos distintos métodos, o processo de projecto em arquitectura paisagista é conduzido por metodologias próprias de acordo com a natureza e complexidade do projecto e do espaço de intervenção. Uma área de intervenção, aparentemente simples nos seus componentes, pode exigir a formulação de etapas mais complexas, em função da especificidade do programa. Da mesma maneira que programas e objectivos simples, podem implicar o desenvolvimento de etapas de projecto (de análise ou de proposta) mais elaboradas perante a complexidade e a variedade de componentes presentes no espaço de intervenção. No primeiro caso podemos referir o projecto apresentado do cemitério de Portimão, no segundo, o do pátio do claustro e cerca do museu municipal de Faro.

O processo de projecto comporta, genericamente, quatro etapas sequenciais, não estanques nem lineares: o reconhecimento e interpretação do lugar (Conhecer e Interpretar), a existência de um programa (Programa de intenções), o estabelecimento de objectivos e as

¹⁶⁹ Veja-se o Regime Jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração, coordenação e subscrição de projectos (Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, rectificada pela 40/2015 de 1 Junho).

formas de os atingir (Objectivos e Estratégias) e a concepção e materialização das ideias e programas (Conceber e Propor).

Sem pretender sub-alternizar as etapas iniciais do processo, porque elas são vitais para o projecto, sentimos que, a última fase – conceber e propor - é a que, potencialmente, encerra maior complexidade e a mais enriquecedora para o projectista, do ponto de vista criativo. Ocorre sempre na última etapa do processo, porque não se avança para a proposta sem o necessário e prévio conhecimento das características elementares do contexto de trabalho. Contudo, é muito frequente sentir-se a necessidade de revisitação do início do processo. Essa necessidade ocorre pela confrontação entre as ideias que se vão materializando com os aspectos analisados e diagnosticados, os programas e objectivos definidos. Essa confrontação poderá obrigar a analisar melhor determinado aspecto, a ajustar o programa e a corrigir estratégias com consequências, evidentes, no processo conceptual. Daí o processo não ser linear nem estanque, mas sim, um jogo de avanços, reinterpretações e reavaliações.

Cada uma das etapas contém múltiplos factores que têm de ser ponderados, usados ou preteridos num exercício mental e de desenho que, aos poucos, vai permitindo formular uma estratégia conceptual que resulte na materialização da ideia. Esta última etapa contém dois momentos inseparáveis e interdependentes: a fase criativa e a fase técnica. A primeira traduz-se pelo desenho conceptual (*a procura da forma*), a segunda na execução de soluções técnicas para a sua concretização. Mas, o projecto não termina com a execução material do processo. Ele continua com a obra e a sua gestão e conservação (evolução e transformação no espaço e no tempo).

Voltando ao exercício de concepção no processo de projecto, convém sublinhar que - como em qualquer outra prática projectual - também em arquitectura paisagista estão associadas as noções de espaço, forma e função. Estas noções estão intrinsecamente ligadas e são interdependentes, dificilmente existindo umas sem as outras. Subjacentes a esses conceitos estão os aspectos relacionados com o movimento associados à materialidade e com a percepção, já que só com eles se percebe e experimenta a forma, o espaço e a função. O nosso conhecimento sobre esses três aspectos é, portanto, intuitivo e dinâmico já que resulta da interacção com os sentidos (percepção). Ou seja, é circunstancial e mutável. Contudo, a percepção e o movimento constituem dois meios decisivos para a vivência e reconhecimento da paisagem e para a nossa capacidade de intervir nela. O projecto deve, assim, ser concebido através da projecção da ideia no real (movimento), eliminando a visão estática como mero exercício de desenho.

Dos aspectos mais interessantes no processo conceptual, quanto a nós, está a *gestação da forma*, que detém atributos que ultrapassam a mera resposta funcional do projecto a um determinado programa e/ou objectivos. A *procura da forma*, ou o tempo da sua *gestação*, é um

tempo de turbulência, de dúvidas e inquietação, de complexidade pelo cruzamento de muitas variáveis mas é, também, um processo enriquecedor e de motivação.

Como vimos, a *forma* produzida reflecte a cultura de quem a gera, a sociedade em que o agente se integra e a quem se dirige. É percebida pelos sentidos, experimentada pelo movimento e é regida pela ética e pela ecologia associadas à estética da paisagem.

A forma é concebida através do trabalho intelectual que combina o desenho com o pensamento (reciprocidade e simbiose entre a mão e a mente) que designamos, genericamente, por processo criativo. No entanto, em arquitectura paisagista não se concebe sobre uma folha em branco, existe um substrato material a que corresponde uma realidade concreta, ela própria com uma dimensão estética, sobre a qual se projecta e se imaginam transformações e desígnios. Por isso, enumerámos as fontes que consideramos mais importantes na geração da forma e que constituem as circunstâncias particulares desse substrato ou outras que acompanham o processo de projecto. Quanto às primeiras, destacamos as resultantes da ecologia e da paisagem, do “local morfológico” e das características culturais e naturais específicas do “lugar”. Consideramos, ainda, como fontes geradoras da forma: outras formas existentes ou a criar, o programa ou a combinação de duas ou mais das fontes referidas.

Também associados ao conceito de paisagem, o tempo e a transformação da matéria informam permanentemente o processo de projecto, pela constatação da presença de múltiplos e complexos processos e sistemas no nosso meio de intervenção, por se tratar de um meio dinâmico e porque na natureza e nas sociedades humanas nada é estático ou imutável.

A acção do tempo faz-se sentir, com maior ou menor intensidade, a várias escalas. Percebe-se nos fluxos de matéria e energia, nos ciclos dos processos naturais, na dinâmica dos processos sociais, nas formas de apropriação e vivência da paisagem, no tempo que dura uma experiência individual. O factor tempo no projecto de paisagem nunca pode ser esquecido, antes pelo contrário, deve ser - tanto quanto possível - previsto e antecipado. Também a materialidade que constitui a paisagem é dinâmica e, por inerência, mutável. O projecto de requalificação da ilha da Fuseta, apresentado no primeiro capítulo, permitiu atestar a acção do tempo nas drásticas transformações da morfologia da ilha que ocorreram em apenas dois dias de tempestade.

No projecto de paisagem não se pode falar em resultados finais ou instantâneos no que respeita aos aspectos da temporalidade e da materialidade. Existe um vínculo profundo entre ambos e, contrariamente a outras disciplinas de projecto em que a obra se finaliza com a materialização do objecto, o projecto de paisagem evolui e transforma-se pelo desenvolvimento dos processos e sistemas ecológicos e sociais. Estes aspectos são, particularmente,

evidenciados nos projectos apresentados no primeiro capítulo de requalificação da ilha da Fuseta e de reabilitação das ribeiras.

O sistema operativo desenvolvido pelo arquitecto paisagista na concepção dos espaços e das formas, e que o distingue das outras disciplinas de projecto poderia ser objecto de uma investigação disciplinar mais profunda e orientada para o desenvolvimento do corpo teórico da arquitectura paisagista.

As disciplinas projectuais, paulatinamente, têm convergido para uma prática de interdisciplinaridade. Tal procedimento ainda não é universal, dependendo das equipas e dos tipos de projectos. A perspectiva do trabalho em “equipa” em que o arquitecto desenvolvia e coordenava o projecto geral e as “especialidades” adicionavam os seus contributos a essa disciplina - não havendo verdadeira inter-relação disciplinar e/ou genuínas formas de articulação dos conteúdos dos projectos - é uma prática ainda corrente que não se enquadra nos conceitos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, mas sim de multidisciplinaridade, tida como “fatias” de conhecimento que se aplicam sectorialmente. Ou seja, apesar de o trabalho ser desenvolvido em simultâneo, é frequente não se estabelecerem quaisquer relações disciplinares, fragmentando-se o conhecimento em várias matérias, sem a preocupação de as interligar. Os conceitos de transdisciplinaridade e de interdisciplinaridade, como forma de superação da visão exclusivamente disciplinar, que proporciona a emersão de novos conhecimentos, regeu a prática projectual dos projectos apresentados neste trabalho.

Há que sublinhar, neste contexto, a importância que a coordenação assumida por arquitecto paisagista deteve no desenvolvimento dos projectos em sistemas socioecológicos de maior complexidade, possibilitando o estabelecimento de balizas aos contributos disciplinares - científicos e técnicos - integrando e cruzando conhecimentos. Com essas características destacamos os projectos de requalificação da zona ribeirinha e ilha da Fuseta, a requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar da ria Formosa (primeiro capítulo) e o plano de pormenor do parque urbano de Olhão (segundo capítulo).

A arquitectura paisagista distingue-se das restantes disciplinas de projecto pela capacidade de utilização dos elementos, sistemas e processos naturais nas suas propostas. Paralelamente à utilização dos materiais vivos, o arquitecto paisagista recorre aos materiais inertes para o desenvolvimento do projecto, considerando critérios de utilização baseados no conhecimento dos aspectos particulares de cada um, quer sejam técnicos ou científicos, quer formais, sensoriais ou simbólicos. A utilização de materiais vivos e inertes também contribui para a organização e estruturação do espaço, conformando-o, estabelecendo funcionalidades e permitindo o seu uso e vivência. Ambos materializam a obra sobre a estrutura matricial (topográfica, morfológica, ecológica e cultural). A atitude relacional de tecer processos, sistemas e estruturas não se limitando a encostá-los ou justapô-los é (deve ser) uma característica do processo de projecto de arquitectura paisagista.

O projecto não dispensa a experiência corpórea da paisagem. Quer no que se refere ao conhecimento das experiências sensoriais prévias ao desenvolvimento do projecto, incluídas nas fases de análise e caracterização, quer na fase de concepção pela antecipação das reacções que a utilização de determinados materiais - vivos ou inertes - proporcionam aos utilizadores (de bem-estar, de rejeição, de curiosidade, de indiferença), podendo estabelecer-se mais eficazmente as soluções a adoptar.

A escolha dos materiais vivos e dos materiais inertes deverá fazer-se através da adequação dos critérios de utilização (usos e funções a desempenhar) às condicionantes existentes, com vista à melhor adaptação às condições locais. Para isso, é necessário conhecimento técnico-científico e capacidade de previsão e antecipação. O sistema de vegetação constitui aspecto particularmente importante no espaço urbano, pela garantia do serviço ecossistémico que lhe está associado, nas intervenções de valorização e reabilitação de espaços naturais e na recuperação de ecossistemas e paisagens degradados.

Quando no projecto predominam materiais inertes (naturais ou artificiais), quer em superfície (pavimentos e revestimentos) quer em volumes e formas construídas, acentua-se a necessidade do conhecimento rigoroso das formas de utilização e de manipulação desses materiais, como meio eficaz para a coordenação com outras disciplinas que interagem com o arquitecto paisagista no projecto e na obra. Neste contexto, é fundamental a adopção da mesma linguagem técnica entre especialidades de projecto. Para isso, o arquitecto paisagista deve revelar um conhecimento rigoroso das propriedades e comportamento dos materiais e das técnicas construtivas (da forma como se constrói) e mostrar-se disponível para novas aprendizagens. Uma escolha desadequada dos materiais e/ou dos processos construtivos, poderá representar o fracasso da intervenção, quer pela adopção de soluções técnica, funcional e formalmente desadequadas, quer por situações que ponham em risco a segurança dos utilizadores.

O projecto é materializado através do desenvolvimento de elementos processuais, traduzidos em peças desenhadas (representação através da imagem) e escritas. Essas peças devem fornecer todos os elementos necessários para a correcta execução da obra. O conhecimento permanente e actualizado das técnicas, tecnologias e dos materiais, é fundamental na abordagem contemporânea ao projecto e à obra de arquitectura paisagista.

O processo de projecto e de obra estão directamente relacionados com as particularidades do projecto mas, também, com as características de quem os promove (entidade pública ou privada) e de quem os executa. A complexidade do processo varia de acordo com esses aspectos, sendo que, os projectos e obras de carácter público são enquadrados, de maneira geral, por um vasto e complexo sistema de procedimentos.

Esses procedimentos podem ser legais, que enquadram a prática de projecto e a execução das obras, e/ou institucionais, relacionados com as especificidades das entidades envolvidas, das suas normas e regras (de apreciação, fiscalização e acompanhamento). Também há que ter em conta os factores ligados ao funcionamento interno das empresas de construção e de projecto, bem como os procedimentos ligados aos aspectos técnicos e construtivos. Nestes últimos, integra-se uma multiplicidade de procedimentos a ter em conta, destacando-se as normas relativas ao dimensionamento e construção de elementos projectuais (campos de jogos, equipamentos, mobiliário), normas de cumprimento de certificações de qualidade dos materiais e produtos utilizados na construção, regras de construção associadas a aspectos e espaços particulares (parques infantis, acessibilidade e mobilidade, espaços escolares, áreas protegidas), normas relativas à segurança na execução da obra, regras relativas ao destino final dos resíduos.

Porém, ao nível nacional, verifica-se que ainda prevalecem algumas omissões relativas a certas tipologias de equipamentos onde os espaços exteriores, apesar de intrinsecamente ligados às actividades que neles decorrem, são esquecidos. O projecto apresentado no terceiro capítulo, espaços exteriores do centro comunitário de Benafim, é disso exemplo.

A necessidade do envolvimento das populações no processo de projecto tem vindo a ser, lentamente, interiorizado pelos decisores. No entanto, os designados processos de participação e consulta pública, legalmente estabelecidos, não reflectem, na maior parte dos casos, um verdadeiro envolvimento das populações nos processos desde as fases iniciais da sua elaboração.

Embora este seja um tema para uma reflexão profunda nas suas várias vertentes - desde os projectos que estão enquadrados nessas figuras legais, às etapas e tramitações que os acompanham - importa aqui destacar a importância que a verdadeira participação das comunidades tem para a futura aceitação dos processos de transformação das suas paisagens: com a criação de grupos de trabalho, participação em todas as fases de projecto, colóquios, discussões, participação nas soluções finais, no estabelecimento da sequência das obras.

Trata-se, reconhecidamente, de um processo complexo mas já experimentado com sucesso. A participação, desde o início, no processo de decisão, leva à co-responsabilização de todos os intervenientes e à melhor aceitação e identificação com as soluções finais. Na elaboração dos projectos, em particular do espaço público urbano, existem, quase sempre, diversas soluções projectuais que podem responder aos problemas concretos detectados. O conhecimento do que as populações pensam e sentem na utilização quotidiana dos espaços é de importância fundamental para o projectista. A sua auscultação e, até, a desmistificação de algumas ideias pré-concebidas - quer do lado das populações, quer do lado dos projectistas e/ou dos decisores - pode resultar numa melhor solução de projecto e melhor aceitação e identificação por parte das comunidades a que se dirige. O maior obstáculo neste processo, na

perspectiva de muitos decisores, é o tempo que demora que não se compadece com os procedimentos administrativos de adjudicação dos projectos e das obras e dos ciclos eleitorais.

Estas considerações remetem-nos, ainda que indirectamente, para os aspectos ligados à autoria dos projectos. Apesar de haver sempre uma autoria implícita aplicada à ideia geral do projecto, o trabalho é desenvolvido por equipas cada vez maiores e com maior número de especializações. O *Homo universalis*, do conhecimento profundo das artes e das ciências por um só indivíduo (de que Leonardo Da Vinci foi o maior paradigma), já não se adequa a este tempo onde proliferam as especialidades, com regras, normas e legislação próprias que enquadram, regulam e, por vezes, cerceiam a elaboração do projecto, dependendo da escala e do nível de complexidade da intervenção.

Também a necessidade mediática de “personalizar” um autor, confrontada com a legitimidade na atribuição da ideia a quem de facto é responsável pela criação da obra, leva a que se insista na autoria individual dos projectos e não na menção de todos os “projectistas-autores”¹⁷⁰. No entanto, sempre que se verifica a dominância da arquitectura em detrimento dos “espaços exteriores”¹⁷¹ o arquitecto paisagista não é mencionado ficando a obra, na sua totalidade, atribuída ao “autor-arquitecto”. Também acontece, frequentemente, por parte da comunicação social, escrita e falada, e dos próprios órgãos de divulgação oficiais das entidades envolvidas (*sites*, boletins, entre outros) a omissão do projectista-autor de obras importantes de projectos de paisagem (parques urbanos, parques lineares, reabilitação da paisagem, e outros), como se a obra tivesse surgido por geração espontânea¹⁷². Estas situações, demasiado banalizadas, são reveladoras da falta de uma cultura de paisagem, transversal à sociedade e transmitida aos legisladores com responsabilidade na regulamentação do exercício profissional.

Esse comportamento secundariza, de certa forma, a relevância desses projectos e dos seus autores, sendo muito frequente em Portugal a menção do dono da obra e do seu financiamento e não do autor. Nestes casos os projectistas não podem adoptar uma atitude passiva de resignação ou de se sentirem “injustiçados”. Devem, pelo contrário, chamar a atenção, pelas vias oficiais, da obrigação de divulgação dessa informação. Toda a obra tem um criador. Claro que a relevância e a escala da obra são importantes no contributo que o artista dá à criação. Uma pequena intervenção de resolução de questões funcionais ou técnicas não obriga ao reconhecimento do autor uma vez que, na maior parte dos casos, não há criação de *algo novo*. No entanto, não se divulga ou publica um livro sem referir o seu autor, um artigo no jornal sem a identificação do jornalista que o escreveu ou uma fotografia publicada sem mencionar, obrigatoriamente, o autor da mesma. Daí ser um dever chamar a atenção a quem

¹⁷⁰ Esta distinção refere-se aos projectistas cujo trabalho de criação envolve a componente artística que se reflecte notoriamente na obra. Por oposição aos projectistas que, apesar de constituírem parte integrante da equipa de trabalho, o seu projecto se remete a questões (importantes) exclusivamente funcionais e técnicas.

¹⁷¹ Ou dos “*arranjos paisagísticos*”, designação que ainda se mantém no léxico comum e até legislativo.

¹⁷² Como não há a materialização de um objecto a que se associa uma forma e limites definidos, não há uma interiorização da intervenção como sendo um “projecto”, nem que haja uma intenção subjacente.

de direito para a obrigação da divulgação da autoria do projecto, sempre que este for mencionado em órgãos de comunicação ou de divulgação. Estas questões são tanto ou mais relevantes no caso de se tratar de uma obra pública.

O carácter individual do percurso criativo e a importância da atitude do projectista perante o processo e o desenho da paisagem, como meio perceptivo, conceptual e instrumental que informa, justifica e materializa o projecto, reforça a necessidade de atribuição da identificação da autoria do projecto.

O projecto de paisagem, como já foi sublinhado, é um processo complexo pela abrangência do seu meio de intervenção, com inúmeras variáveis e dimensões. A atitude do projectista é um aspecto essencial a ter em conta para a concretização do projecto.

No quarto e último capítulo reflectimos sobre essa atitude, com base nas nove regras ou condutas descritas por Michel Corajoud (2002) e nos quatro *momentos* de Christophe Girot (1999) que, genericamente, sintetizam as qualidades profissionais necessárias para a abordagem e concretização do projecto. Dessas, destacamos:

- a curiosidade - como motor que nos incita para a pesquisa e para a investigação sobre o que nos é incompreensível à primeira vista, o que nos deixa inquietos, aquilo que não se lê directamente e que nos deixa com dúvidas;
- a capacidade de olhar e ver - observar e compreender com os sentidos e com a ciência, ver para além do lugar que percorremos, tentar perceber e interpretar para além do que é visível, identificar, o melhor possível, o alcance dos sistemas e das estruturas, sejam elas de que natureza forem, ver em todas as escalas, do detalhe à abrangência;
- saber avançar - apesar de o projecto ser um processo de avanço, reinterpretação e reavaliação, como já sublinhámos, é necessário avançar e evoluir, não que não se tenha de recuar, mas há um tempo em que damos por terminada a pesquisa e a análise, porque ela já é conclusiva, já nos permite seguir caminho e, finalmente,
- saber comunicar - explicar e valorizar o projecto, demonstrar a sua evolução, não exhibir só o produto final, mas expor as razões dos resultados e explicar os processos que levaram às soluções.

Uma das ferramentas que nos proporciona a capacidade de comunicar os componentes essenciais do projecto é a representação através da imagem, em particular, do desenho. O desenho é a principal linguagem da arquitectura paisagista através da qual se representam as ideias e os desígnios que conduzem à formulação das soluções. Tem um carácter individual,

muito ligado à sensibilidade artística e criativa de quem o executa. Permite-nos comunicar e apresentar o percurso conceptual e o operativo, de duas formas: através do desenho expressivo e artístico e através da produção de peças técnicas para a construção da obra.

Como o projecto se materializa através da produção de formas que irão permitir leituras bidimensionais da realidade imaginada, o desenho está na base da sua criação e representação. É através do desenho que se trilha o caminho da concepção.

O desenho no projecto é veículo da criatividade, apela à imaginação e à “especulação”, é uma actividade que contém espontaneidade e reflexão. Permite a produção e a visão de possibilidades, numa actividade tanto teórica como imaginária, num jogo de aproximação e distanciamento, de experimentação inventiva e de compreensão científica, de reflexão sobre o meio e a sua transformação, traduzidos pela linguagem gráfica. A importância do desenho no processo de concepção resulta da experimentação e compreensão da realidade simultaneamente à intervenção sobre ela.

O processo criativo é uma característica decisiva do processo de projecto e implica a utilização dos dados provenientes das análises, associadas a um determinado contexto, dos programas, das estratégias e dos objectivos. Aqui, o sistema de percepções e sensações do sujeito é confrontado com um vasto campo de actuação, que se traduz num exercício de previsões e antecipação entre o que se desenha e as suas consequências.

As escolhas dos suportes e instrumentos de representação e comunicação dependem da finalidade da sua utilização e da fase de projecto em causa. Os instrumentos e suportes “analógicos”, como o desenho manual de esboço, a representação em maquetas experimentais, as fotomontagens, as colagens, entre outros métodos, fazem parte do processo criativo. O desenho operativo é executado, maioritariamente, com recurso a instrumentos e suportes digitais. O desenho manual, através de um processo simultaneamente dedutivo e indutivo, permite a experimentação de soluções projectuais e o registo da sua evolução no processo de *procura da forma*. Esse registo pode ser feito através da utilização de papel vegetal, com recurso à sobreposição e ao registo das soluções que se sucedem, num processo de adição, subtracção, eliminação e transformação dos elementos desenhados, permitindo a obtenção de soluções formais cada vez mais amadurecidas. Posteriormente, faz-se a passagem para o desenho digital (rigoroso) que permitirá dimensionar e acertar alguns aspectos de pormenor.

A realidade do desenho digital (2D, 3D, vídeo) é inquestionável e permanente mas, à semelhança do desenho manual, a sua qualidade também resulta da sensibilidade artística e criativa de quem a produz não dispensando, de modo algum, o trabalho intelectual - criativo e inventivo - a realizar previamente e ao longo de todo o processo instrumental digital.

Um aspecto importante a reter é que não se pode confundir o projecto com a sua imagem. A sociedade contemporânea vive tempos de excessos de imagem, de informação e

de comunicação. Nunca, como hoje, se produziram tantas imagens, nem debitaram tantas formas de informação e comunicação. O processo de globalização digital, permite ligar o mundo em segundos. Permite o trabalho e a comunicação à distância, a facilidade e rapidez de acesso ao conhecimento e à informação, outrora dificultado ou mesmo impossível. No entanto, para além dessas qualidades inegáveis, também se produzem perigosos equívocos.

A noção de processo instantâneo e virtual produz, muitas vezes, a ideia de que é possível *criar-se* e *inventar-se* o projecto a partir da “colagem” de soluções já vistas, através de imagens já produzidas, de *soluções-padrão* que se reproduzem num conjunto aparentemente organizado, mas sem qualquer conteúdo. Ou seja, o “*projecto*” como artefacto artístico e como desenho, a planta como imagem e as perspectivas tridimensionais como meio de venda do produto.

Qualquer que seja a linguagem gráfica utilizada para a representação, apresentação e comunicação do projecto ela comporta, também, responsabilidades sociais e éticas. Se por um lado, é preciso saber comunicar a esfera das ideias e das soluções técnicas concretas para a execução da obra, por outro, o projecto não pode, nem deve, ser apresentado somente como produto final, rígido, inalterável mas deve proporcionar a discussão e a reflexão sobre o conteúdo das propostas.

Estas considerações remetem para a ideia de identidade e significado como qualidades a enfatizar no processo de projecto e, em particular, no processo criativo e cuja compreensão não se verifica no “*projecto instantâneo*”. A leitura e compreensão da identidade, de um lugar ou paisagem, como conjunto de características reveladoras do que é próprio e único, são fundamentais para o desenvolvimento do projecto. O reconhecimento da identidade é fundamental no estabelecimento das relações humanas e sociais, como é fundamental no registo da memória (genética) na história dos seres vivos, como também o é nas paisagens onde a identidade pode ser descrita, nas palavras de Orlando Ribeiro, como o *registo da memória colectiva*. Esse registo deve ser lido, compreendido e utilizado no projecto. O nível de utilização e participação desse registo no projecto dependerá da força dos traços identitários. Através do projecto pode-se: preservar e conservar, valorizar e enaltecer, recriar ou reinventar identidade (s).

Também o conhecimento dos eventuais significados atribuídos à paisagem ou aos seus componentes, é importante para o processo criativo podendo constituir-se como elemento gerador da forma. Existem significados imersos nos lugares que podem ser desvendados, ocultos na memória dos Homens, na sua história recente ou longínqua, ou na memória da paisagem. Esses significados podem, através do projecto, ser revelados. Os significados são sempre atribuídos pelos utilizadores da paisagem, pelos sujeitos que a percorrem, habitam e utilizam. Os significados não se impõem nem se afirmam pelo projectista, este pode, quanto muito, ajudar na sua revelação. O processo de transformação da paisagem resultante do

projecto, pode transportar elementos geradores de significados que irão ser atribuídos posteriormente com a sedimentação do uso e do tempo.

Para além de um corpo teórico próprio, a prática profissional deveria ser enquadrada por uma ética profissional explícita e suficientemente afirmada. A ética constitui uma realidade que enquadra o exercício de quase todas as profissões práticas, às quais correspondem códigos e princípios de conduta assentes em valores morais e/ou filosóficos que orientam a prática profissional. Esses códigos e princípios nalgumas profissões são, necessariamente, bastante detalhados e assumem-se, até, como iniciáticos no exercício profissional (no caso da medicina, o clássico juramento de Hipócrates). Na prática de projecto é reconhecida a necessidade de salvaguarda de alguns princípios e valores fundacionais da própria disciplina. Esses valores deveriam estar inscritos em princípios deontológicos que, claramente, estabelecessem uma ética profissional. Esta matéria, na nossa opinião, poderia constituir tema de investigação e sistematização teórica futura.

A exposição pública do projectista é um aspecto relacionado com o exercício da profissão, que cruza a questão da ética e do ensino. Quem projecta é, naturalmente, exposto aos outros, seja a comunidade, sejam professores, sejam clientes particulares. A postura e as características comportamentais individuais são próprias de cada personalidade e não são relevantes nesse contexto. Porém, na prática profissional e na exposição pública que a acompanha, é fundamental a valorização do trabalho realizado e a sua explicação. A depreciação e subalternização do trabalho efectuado, a ausência de uma clara e afirmativa explicação do projecto e da obra - postura ainda comum, às vezes de forma inconsciente - traduzem-se numa exposição pública desvalorizadora da disciplina e da própria prática profissional.

Consideramos, ainda, que o projecto de arquitectura paisagista deverá, nos nossos dias, responder a três princípios fundamentais: adaptação, evolução e reversibilidade. Os primeiros princípios apoiam-se no conhecimento dos sistemas presentes, dos seus limites (capacidades de carga) e etapas de crescimento, da sua capacidade de evolução e adaptação a novas circunstâncias: às mudanças e necessidades da sociedade contemporânea, à ocorrência de fenómenos naturais de origem antrópica (alterações climáticas, aquecimento global, subida do nível do mar). A noção de projectar com o tempo e da organização do espaço em função dos aspectos de evolução e adaptação são a pedra basilar das orientações conceptuais, que conduzem ao terceiro princípio: a reversibilidade, ou seja a capacidade de reverter usos e funções. Estes princípios deverão conduzir as propostas a uma perspectiva de sustentabilidade na utilização dos recursos e na preservação de valores naturais e culturais.

As obras de arquitectura paisagista perpetuar-se-ão no tempo quanto mais integradas estiverem nesses princípios, não havendo um resultado final, mas realidades e dinâmicas que variam com o tempo e as circunstâncias.

A percepção de que a obra se cria numa circunstância e nunca fora dela, e que se produz para e em função do Homem, leva a que se aborde o projecto de arquitectura paisagista como uma resposta dinâmica - alterável e mutável - a programas, a condicionalismos e objectivos concretos através da arte e da ciência. Torna-se, portanto, imperativo que a prática projectual se desenvolva no sentido da criação de paisagens e espaços multifuncionais, onde a reconversão e adaptação a novos usos e funções não implique, necessariamente, a destruição do anteriormente construído ou criado.

Também a utilidade e visibilidade de uma obra só se concretiza se soubermos garantir conforto e segurança continuada no tempo. Por isso, é fundamental encontrar modelos de gestão que viabilizem os objectivos do projecto. O êxito da gestão depende do grau de aceitação que as intervenções tiverem perante as comunidades em que se inserem: os seus utilizadores e o grau de atractividade que exercem. Poder-se-á afirmar que o sucesso das intervenções de arquitectura paisagista se inicia com as soluções de projecto, na reinvenção de identidades e da sua identificação pelas populações, potenciando, assim, a sua utilização plena e o retorno do investimento. As opções que se tomam em fase de projecto orientam as maiores ou menores necessidades de conservação e manutenção que, obviamente, se reflectem nos custos permanentes. No entanto, a falta de trabalhos de manutenção mínimos, retira atractividade ao espaço levando ao abandono progressivo dos utilizadores, contribuindo para a sua degradação. O projecto deve, assim, resultar do entendimento, num determinado tempo e circunstância, da paisagem como entidade complexa e dinâmica em que as actividades humanas decorrem e que se transfigura à medida das necessidades das populações e onde a matriz ecológica e patrimonial deverá sempre permanecer.

Considerando os objectivos iniciais - contribuir para a discussão de alguns conceitos inerentes ao corpo teórico da arquitectura paisagista e para a crítica disciplinar, reflectir sobre o papel da arquitectura paisagista na actualidade no contexto das profissões de projecto e obra e da necessidade da profissão manter um carácter eminentemente prático - e os contributos decorrentes da apresentação de projectos e obras, reforçamos a ideia de que a prática profissional deve ser exercida, sempre que possível, em toda a sua plenitude. Ou seja, considerando não só a elaboração do projecto e a investigação que o fundamenta mas, também, a sua materialização em obra e o acompanhamento da sua evolução. A percepção das transformações no tempo e no espaço da obra executada é, assim revelada, permitindo a aprendizagem das formas de evolução, apropriação, aceitação e rejeição das funções, espaços e formas, do envelhecimento e maturação dos sistemas e dos materiais inertes e vivos. A experimentação da prática de projecto faz-se, assim, pela obra executada.

A exposição nos projectos apresentados das diversas componentes do processo - das ferramentas de representação e de comunicação, das etapas e metodologias de projecto adoptadas, do envolvimento das populações, dos processos de identificação, reconhecimento, apropriação e uso por parte das comunidades e da transformação da obra no espaço e no tempo - visou a criação de um documento exemplificativo do que é a prática de projecto em arquitectura paisagista, do seu âmbito e domínios, subordinado à prática de uma projectista, do seu tempo e das suas circunstâncias.

No âmbito deste trabalho, optou-se, por revelar o lado mais abrangente da prática profissional, por vezes ultrapassada por outras profissões de projecto que, recorrentemente, projectam paisagem sem estarem munidos da visão holística e integradora da arquitectura paisagista, que a paisagem exige. Essa circunstância intencional, resulta da tentativa de demonstrar que o âmbito de actuação do arquitecto paisagista é alargado a toda a paisagem.

O projecto é um propósito artístico activo de transformação da paisagem, não visa exclusivamente o melhoramento do seu funcionamento, visa, também, a sua construção e a criação de novas realidades.